

MULHERES RETIRANTES NAS FOTOGRAFIAS DE UM ALEMÃO: MORADIA, TRABALHO E PROTESTO NA CIDADE DE NATAL-RN (1904)

WOMEN REFUGEES IN THE PHOTOGRAPHS OF A GERMAN: HOUSING, WORK AND PROTEST IN THE CITY OF NATAL-RN (1904)

Francisco Ramon de Matos Maciel

Professor temporário da Universidade Estadual do Vale do Acaraú;
Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

Resumo: Esse artigo analisa as formas de agenciamento de mulheres retirantes na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, na seca de 1904. A presença e organização das mulheres ocorreram através de passeatas nas ruas, nos serviços de obras públicas e na construção de moradias improvisadas no espaço urbano. Elas surgem em fotografias de matérias de jornais, como O Malho, e são registradas pelo alemão Bruno Max Bourgard, que estava no mesmo ano fotografando a modernização da cidade de Natal. Nosso texto está escrito pelos caminhos e olhares da História Social do Trabalho e História das Mulheres.

Palavras-chave: mulheres retirantes; seca; trabalho; cidade de Natal.

Abstract: This article analyzes the forms of agency of women migrants in the city of Natal, in the state of Rio Grande do Norte, during the drought of 1904. The presence and organization of women occurred through street demonstrations, public works services and the construction of improvised housing in urban spaces. They appear in photographs in newspaper articles, such as O Malho, and are recorded by the German Bruno Max Bourgard, who was photographing the modernization of the city of Natal that same year. Our text is written through the paths and perspectives of the Social History of Work and the History of Women.

Keywords: Women refugees; drought; work; city of Natal.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A participação de mulheres em revoltas populares não é novidade na passagem do Império a República. Podemos destacar os movimentos “Ronco da Abelha”, “Quebra-Quilos” e “Carne Sem Osso e Farinha Sem Caroço” como alguns dos episódios em que existiu a participação feminina nas sublevações de forma direta e indiretamente.¹ Nas duas primeiras, que estavam relacionadas às mudanças das leis imperiais, como o registro civil, recrutamento, peso e medidas, e imposto do chão, por exemplo, a ação coletiva das mulheres do povo contra os agentes do governo estendeu-se por várias províncias do norte entre os anos de 1851-1852 e 1874-1875. No Quebra-Quilos, as mulheres, em diferentes lugares, entraram nas Igrejas onde estavam reunidas as juntas “encarregadas de elaborar as listas de homens recrutáveis e rasgaram todos os papéis e agrediam os notáveis locais que formavam as ditas juntas. Elas estavam dispostas a não perder seus homens – filhos, esposos, pais – e, para isso, precisaram tomar a iniciativa”. Assim, era comum nas “revoltas populares o papel ativo das mulheres como estratégia, visando a uma repressão menos dura” (SECRETO, 2011: 89).

Tyrone Cândido discorre que os movimentos dos rasga-listas na província do Ceará se alastraram por vários meses e regiões no ano de 1875. Ainda nesse ano, “um grupo de mulheres de União (hoje Jaguaribara) lançou-se sobre a junta na igreja”. No dia 15 de agosto, no termo de Tamboril, “umas 50 mulheres, apelidadas pela imprensa de ‘valentes amazonas’, chegaram a arremessar um frade pela janela da paróquia”. Um número de cem homens apresentou-se na ocasião para “proteger as mulheres, mas conta que isso não foi preciso porque elas já eram ‘senhoras de situação’. Por três dias as ‘conquistadoras’ não arredaram o pé da matriz para que a junta não voltasse a se reunir” (CÂNDIDO, 2008a: 24). Para o historiador, os diferentes protestos aglutinaram tanto homens quanto mulheres, sendo que em alguns deles ficou evidente um papel de gênero bem definido no momento da ação. Assim, ao que parece,

[...] a participação das mulheres naquele momento ganhou notoriedade não somente porque a motivação dos protestos tocava especialmente a sensibilidade feminina, mas também a simples presença pública de mulheres tomando a frente em protestos coletivos populares, numa sociedade marcadamente patriarcal, despertava bastante atenção. Havia na história recente das mulheres sertanejas algumas experiências significativas quanto ao modo de lidar as instituições estatais que parecem levar a um melhor entendimento desse papel proeminente que elas assumiram nos protestos de 1875. Essas experiências estão relacionadas à função que as mulheres exerceram naquilo que podemos chamar de “economia moral do recrutamento”, principalmente nos anos de Guerra do Paraguai, quando se verificou uma crescente rejeição a essa instituição (CÂNDIDO, 2008b: 41).

Para Tyrone Cândido, a ideia do que seria considerado como socialmente aceitável pela população sertaneja acerca do recrutamento militar estava ligada também ao conceito de econo-

1. Sobre esses episódios, consultar, Mônica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, 570p.

mia moral dos pobres, ou seja, deveria obedecer a determinados preceitos considerados justos pela cultura paternalista, logo, as mulheres foram mais sensíveis ao perceberem a ruptura desses princípios.² Essa noção, revisada por E. P. Thompson é uma ferramenta importante para analisar a formação dos agenciamentos coletivos dos retirantes, inclusive sobre a atuação feminina nesses episódios. Contudo, precisamos considerar alguns aspectos históricos e metodológicos para abordar os estudos das mulheres nos eventos de protesto e revolta popular durante as grandes secas.

A historiadora Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues analisou processos criminais envolvendo mulheres (pobres, ricas, livres e escravizadas) e a violência na província do Mato Grosso, entre as décadas de 1830-1890. Ela desvelou um universo regido pela dominação masculina e o culto da domesticidade como segmento da cultura patriarcal, que, inclusive, permeava os instrumentos da Justiça, mostrando que a violência envolvendo mulheres também estava ligada a estes valores culturais. As análises do pensamento social brasileiro, como de Gilberto Freyre, destacaram as teias da autoridade patriarcal e da tutela marital, subscrevendo os comportamentos femininos e suas identidades, dando lugar a produção do mito ou representação da domesticidade, servindo para determinar as funções que caberia a cada um dos dois sexos em suas relações de trabalho, lazer e convivência. Todavia, o mito da “mulher subserviente, dócil e frágil justificou racionalmente, no século XIX, a divisão dos papéis sociais destinados a cada um dos sexos na organização da vida material, cultural e social”. Igualmente serviu para acentuar a manutenção do controle dos “comportamentos sociais e sexuais, sobretudo, nas sociedades capitalistas que se transformavam rapidamente”; contudo, esta mudança em quase nada “alterou o mito da mulher passiva e obediente, que permaneceu e continuou sendo empregado de forma conveniente para demarcar os usos sociais dos espaços públicos e privados aos homens e mulheres de todas as classes sociais” (RODRIGUES, 2016a: 163).

Os apontamentos de Marinete Rodrigues são importantes, na medida em que surgem nos discursos oficiais aspectos da representação ou ideia da mulher dócil, sendo confrontados com as ações coletivas nas ondas de protestos e revoltas das retirantes durante as grandes secas. O caráter da domesticidade sai de cena para entrar o uso da violência e conflito como expressões de uma política popular dessas mulheres. Assim, isso revela que elas não eram apenas “vítimas de um sistema de dominação, elas também sabiam exercer o poder, eram dotadas de características que nada lembrava a docilidade, o recato, a fragilidade ou a delicadeza”. Pelo contrário, atuavam e decidiam mediante seus “próprios interesses e capacidades físicas, intelectuais e financeiras”. Por isso, é importante observar que o poder não se concentrava apenas nos homens e autoridades, “ele fluía de pessoa para pessoa e era amplamente utilizado nas questões de violência, tornando-se mais visível em algumas tipologias do que em outras” (RODRIGUES, 2016b: 173). Todavia, pensar as relações de poder na formação do sujeito coletivo é problematizar as relações de gênero no processo de construção de seus agenciamentos em determinado contexto sócio histórico.

2. Sobre a ideia de economia moral do recrutamento militar e Guerra do Paraguai ver, MENDES, Fábio Faria. *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). 1997.

Para o historiador E. P. Thompson, quem “começava os motins era, com bastante frequência, as mulheres”. Em inúmeros casos dos motins da fome na Inglaterra do século XVIII, a história era sempre a mesma: “as mulheres atacando um negociante impopular com as suas próprias batatas, ou combinando astuciosamente a fúria com o cálculo de que eram um pouco mais imunes do que os homens à retaliação”. Para o historiador, as mulheres camponesas eram as mais “envolvidas com as negociações face a face no mercado, as mais sensíveis ao significado dos preços, as mais experientes em detectar peso insuficiente ou qualidade inferior”. Assim, era mais provável que as mulheres, muito frequentemente, “precipitassem as ações espontâneas. Mas outras ações eram preparadas com mais cuidado” (THOMPSON, 2005a: 183-184).

A partir disso Thompson levanta uma questão importante que é sobre o papel central da mulher na *economia doméstica* no universo rural. Para uma sociedade marcada pelo paternalismo, os diferentes papéis de gênero “eram demarcados com firmeza, talvez com uma firmeza tanto maior porque a esfera de responsabilidade de cada sexo tinha o respeito do outro” (THOMPSON, 2005b: 246). Desse modo, na esfera pública da lei, da religião e da propriedade,

[...] a mulher estava certamente numa posição subalterna. Mas, na economia doméstica, os termos que precisamos empregar são “autoridade”, “valor” e “respeito”; talvez a paridade e a interdependência mútua de dois seres diferentes. Se as mulheres tinham especial proeminência nos motins da fome de regiões em que era forte a economia doméstica manufatureira, era em parte porque o seu papel nessa economia lhes assegurava autoridade e autoconfiança. Mas tal não se dava porque os papéis de gênero fossem quase indistinguíveis. [...] Elas eram, portanto, especialmente sensíveis ao preço e a qualidade das mercadorias, e as primeiras a terem de elaborar economias e estratégias de sobrevivência diante das ameaças de desabastecimento. Esse papel as tornava guardiãs da sobrevivência da família em pé de igualdade com os homens, que talvez ganhassem a maior parte da renda familiar (THOMPSON, 2005c: 247).

Levando essas observações para o contexto sócio histórico das grandes secas na passagem do oitocentos, a agricultura familiar não estava dissociada da divisão do trabalho e de suas responsabilidades quanto às relações de gênero no espaço rural. As mulheres sertanejas eram parceiras nas atividades agrícolas, e ainda responsáveis pela economia doméstica e cuidados com a família. Essas relações eram construídas nos variados espaços do agreste e semiárido, pelas camadas populares nas terras dos grandes fazendeiros.³ Todavia, essa concepção da divisão interna de responsabilidades, bem como a própria noção de reciprocidade, são elementos que parecem serem construídos ao longo do tempo, embora, não fossem uma regra rígida numa sociedade patriarcal, onde a presença de famílias solidárias⁴ coexistia. Assim, esses aspectos

3. Sobre esses aspectos ver ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980.

4. Essa noção está relacionada ao que Michele Perrot definiu como um grupo social formado através de determinadas características comum aos seus aspectos como, por exemplo, condição financeira, posição hierárquica, afetividade,

são de suma importância para analisar os episódios de ações coletivas das mulheres retirantes; afinal, em um contexto de carestia, desarranjo familiar e exploração da força de trabalho, desses valores culturais da esfera da economia doméstica e moral, podem resultar elementos interessantes e conflituosos nas motivações do agenciamento coletivo feminino na cidade de Natal na seca de 1904.

FOTOGRAFIAS, TRABALHO E MORADIA DAS RETIRANTES NA CIDADE DE NATAL (1904)

Elas subiam a Rua da Ladeira, que ligava os bairros da Ribeira e da Cidade Alta, passando na Rua da Cruz, Junqueira Ayres, onde residia o então governador Tavares de Lyra. As mulheres retirantes não estavam sozinhas. Entre elas, podiam-se enxergar crianças e alguns homens, talvez companheiros e familiares. A multidão feminina de véu branco e saias longas espalhavam-se na subida da Ladeira, perdendo-se de vista em um comprido corredor de pessoas apinhadas por toda a rua. Cidadãos curiosos assistiam nas calçadas e em suas casas o oceano de mulheres, crianças e homens retirantes, como o descuidado senhor de guarda-chuva que ficou parado mesmo na frente das lentes do fotógrafo. Essa multidão fazia uma caminhada como forma de protesto nas portas do solar do governador, exigindo providências pela situação de abandono e miséria pelas autoridades do Rio Grande do Norte, que ofereciam aquela população de sertanejos parques socorros públicos em obras de melhoramento da capital Natal e passagens de navio para os extremos norte e sul do Brasil.

Figura 1: Passeata de mulheres retirantes na cidade de Natal/RN (1904)

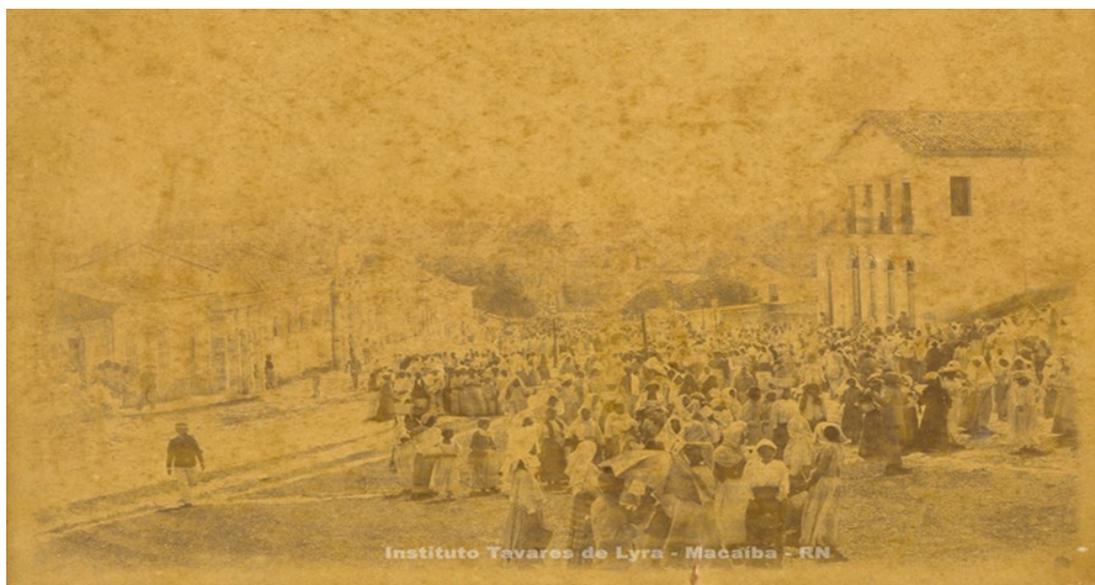


Foto de Bruno Max Bourgard, Natal-Rio Grande do Norte, 1904. Fonte: *Instituto Tavares de Lyra- Macaíba-Rio Grande do Norte*. Disponível em: <<http://www.historiaegenealogia.com/2017/01/o-antigo-solar-do-governador-tavares-de.html>>.

sexo, crença, entre outros. Consultar em PERROT, Michele. Dramas e conflitos familiares. In: *História da vida privada*. Trad. Denise Bottamn. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

A cidade de Natal teve sua demanda de fotografias atendidas pelos dois irmãos alemães Max e Bruno Bourgard, que chegaram ao Brasil pela capital pernambucana nas décadas finais dos oitocentos. Na capital potiguar seu ateliê localizava-se na Rua Treze de maio, nº 38, atual Rua Princesa Isabel, no Bairro da Cidade Alta. Eles também possuíam estúdios na Paraíba nas cidades de Campina Grande e na capital do estado. Em 1897, a sociedade dos dois irmãos foi desfeita e Bruno Bourgard (1859-1930) passou a oferecer sozinho os seus trabalhos ao público de Natal e região. Na capital, o fotógrafo estabeleceu laços com o governador Alberto Maranhão, irmão do fundador do jornal *A República*, onde por anos Bourgard fez sua propaganda. Em 1904, último ano do governo de Alberto Maranhão, o governador solicitou ao atelier o registro da capital do estado. O caráter documental de fotografia “revela o objetivo de retratar a nova dinâmica que, com as ações sistematizadas pelo governo, em busca de uma cidade com salubridade e higiene, inicia-se nos espaços urbanos de Natal”. Assim, o princípio ordenador de ideias e valores que “se impunham a época começava a tracejar a capital natalense, claro que de acordo com as possibilidades locais (ARRAIS; ANDRADE & MARINHO, 2008). As fotografias de Bourgard apontam o limite histórico da cidade colonial e o início do processo de modernização” (SILVA, 2012: 83-84).

Se a intensão do pedido do governador a Bruno Bourgard para fotografar a cidade de Natal era mostrar o desenvolvimento da malha urbana da capital, através do trabalho da mão de obra retirante, acarretou, por outro lado, em fotografias que mostravam um cenário aterrador para essa população. Principalmente quando algumas fotos foram divulgadas pelo jornal carioca *O Malho*, no mês de setembro de 1904, como forma de denúncia da realidade da seca no Rio Grande do Norte. Não podemos afirmar com veracidade se as fotografias eram realmente de Bruno Bourgard, pois no jornal não aparece a referência do autor dos negativos, mas, todavia, acreditamos que pertence ao fotógrafo alemão, afinal, a primeira foto mostrada anteriormente das mulheres retirantes, era de sua autoria, e está atualmente no acervo Tavares de Lyra na cidade de Macaíba, além de terem sido tiradas no mesmo ano de 1904. Contudo, vamos discutir alguns métodos de abordagens da fotografia como fonte histórica para depois voltarmos a construção da narrativa.

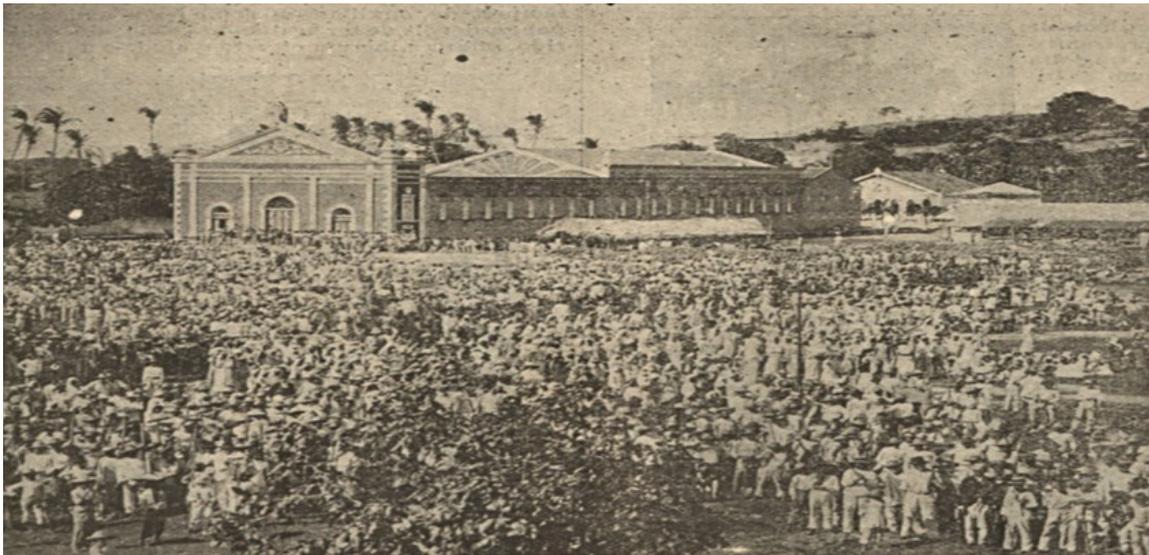
Boris Kossoy argumenta que o indivíduo, a temática e a técnica específica são em essência os elementos fundamentais de todos os processos destinados à produção de imagens de qualquer espécie. A imagem do real retida pela fotografia, quando preservada ou reproduzida, “fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena”. A imagem fotográfica é o que resta do ocorrido, fragmento congelado de “uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo nuns instantes dos tempos”. Portanto, três componentes são essenciais para a realização de uma fotografia: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. São estes os “elementos constitutivos que lhe deram origem através de um processo, de um ciclo que se completou no momento em que o objeto teve sua imagem cristalizada na bidimensão do material sensível, num preciso e definido espaço e tempo”. Todavia, o resultado final, a fotografia, é, portanto, “resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por

um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia” (KOSSOY, 2001a: 36-37). Assim, são os componentes interligados – assunto, fotógrafo, tecnologia, espaço, tempo, fotografia – que devem ser detectados nos estudos históricos, pois são processos que trazem uma unicidade em sua condição.

Maria Eliza Linhares Borges discorre que as imagens fotográficas devem ser vistas como fontes que informam acerca da cultura material de um determinado período histórico e de uma determinada cultura, e igualmente como de uma forma simbólica que atribuí significados as representações e ao imaginário social. A imagem fotográfica é um elemento fixo. É produzida a partir de um “artefato físico-químico e pressupõe a existência de um referente”. É matéria que pode ser tocada e apalpada pelos indivíduos. Informa sobre os “cenários, as personagens e os acontecimentos de uma determinada cultura material”. A fotografia é dotada de uma “imensa variabilidade plástica, materializada por seus diferentes formatos e seus múltiplos enquadramentos. É fragmento congelado e datado”. Não diferente de outras imagens, ele também “pressupõe um jogo de inclusão e exclusão”. Parte de uma escolha e recorte, e como tal, “não apenas constitui uma representação do real, como também integra um sistema simbólico pautado por códigos oriundos da cultura que os produz”. Por outro lado, enquanto códigos culturais do fotógrafo deliberam a composição dos cenários fotográficos, “a velocidade da câmera pode captar fragmentos do real não previstos na idealização das poses, porque a chapa fotossensível capta a luz emanada do objeto fotografado, sem a intervenção humana” (BORGES, 2003a: 82-83).

Os apontamentos dos autores são relevantes quando deparamo-nos com um conjunto de fotos de Bruno Bourgard que não apenas representa um olhar do fotógrafo sobre o acontecimento e o referente, em um determinado tempo e espaço, mas também nas possibilidades de discursos e silêncios que a fotografia, como fonte histórica, pode nos oferecer, principalmente, quando nosso foco é a representação do sujeito feminino e retirante. Se sua intenção e temática, a pedido do governador Alberto Maranhão, foi registrar as mudanças do espaço urbano na capital potiguar, mas suas lentes captaram que essas transformações ocorreram sobre um cenário de miséria e trabalho sobre as famílias retirantes espalhadas pela cidade de Natal em 1904. As próximas fotografias mostram homens e mulheres como mão de obra dos serviços públicos.

Figura 2: Os horrores da Secca no Rio Grande do Norte.



Legenda: Na praça principal da capital do Rio Grande do Norte. Os flagelados partindo para os trabalhos públicos. In: O Malho. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 106, 24 de setembro de 1904, p. 16.

Figura 3: O Flagello da Secca no Rio Grande do Norte.



Legenda: O trabalho que o governo dá aos flagelados pela secca no Rio Grande do Norte – As mulheres carregando areia. “E assim, periodicamente, volta a secca a assolar os sertões do norte, reproduzem-se as mesmas cenas de horror, sem que os gêneros desta forma façam mais alguma coisa que nomear comissões que nada adiantam e que só servem para engordar afilhados!” In: O Malho. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 104, 10 de setembro de 1904, p. 26.

Na primeira imagem observamos uma multidão mista de sexo e idade nas proximidades do Teatro Carlos Gomes, praça central da capital. Ao lado da edificação do teatro parece existir uma construção improvisada de um barracão para os trabalhadores retirantes. Os mesmos estão espalhados em pé numa ampla área da praça, segurando suas ferramentas para mais um dia de labor. Pode-se perceber um grande número de mulheres através de seus véus brancos e

longas saias, e um pequeno grupo delas sentadas ao lado esquerdo da fotografia, enquanto meninos e homens estão usando chapéus, calças e camisas, todos esperando o registro de Bruno Bourgard. Logo atrás do teatro elevam-se as dunas de areia com uma vegetação nativa, criando uma atmosfera de cidade litorânea do início do século XX.

No segundo retrato observa-se um grupo de mulheres carregando areia em alguma longa rua da cidade de Natal, provavelmente na área central da capital que estava passando pelas reformas a custo dos recursos governamentais dos socorros públicos. As mulheres novamente apresentam vestir longas saias, camisas e véus para se proteger dos raios solares. A grande maioria estava de costas para o fotógrafo, seguindo a rotina laboral do serviço, enquanto um pequeno grupo, ao lado esquerdo da imagem, parecia fitar a lente da câmera, paradas, e com alguma espécie de balde ou lata de areia na cabeça, um costume popular das mulheres carregarem objetos mais pesados no seu dia a dia.

Um aspecto importante nas fotografias do jornal carioca são as legendas e textos atribuídos às imagens publicadas. No retrato das mulheres trabalhando é perceptível o tom de denúncia sobre os recursos dos socorros, e da inutilidade desses serviços das mulheres, e dos demais retirantes, que ao invés de surtir efeitos desejáveis para a população amparada, em troca, as verbas só engordam pessoas próximas, ou melhor, “afilhadas” do governo local. O governo federal, presidido por Rodrigues Alves, rematou o valor de cento e setenta e cinco contos de réis (175: 000.000) para o Rio Grande do Norte, uma forma de amenizar o problema da seca naquele ano de 1904. O atual governador Tavares de Lyra, genro de Alberto Maranhão, assumindo o cargo de seu sogro, não fez esperar e telegrafou ao presidente a situação precária do estado, logo, pedindo auxílio financeiro. Rodrigues Alves respondeu o telegrama enviando verbas para a construção de açudes, poços e estradas de rodagem, como também recursos para custear passagens voluntárias aos emigrantes. Todavia, os que não embarcaram nos vapores marítimos foram divididos em quatro comissões para servir de mão de obra nos melhoramentos materiais da capital. Um desses grupos participou do processo de desmatamento e da abertura de várias avenidas do bairro Cidade Nova⁵.

A historiadora Gabriela Fernandes Siqueira estudou o processo de construção do bairro Cidade Nova, o terceiro oficial da capital natalense, no início do século XX, e também investigou o processo de apropriação e uso do patrimônio fundiário da capital, associando-se à atuação das redes de poder locais (1903-1929)⁶. Ela constatou que o “desvio de verba federal destinada a atenuar o problema dos flagelados da seca, o emprego de retirantes em obras particulares e a desapropriação desses flagelados de áreas de Cidade Nova”, podem mostrar como o governo de Tavares de Lyra e Alberto Maranhão atuava de “forma patrimonialista e tentava fortalecer sua imagem em detrimento da exploração de determinada parte da socie-

5. Sobre esse episódio consultar, SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*. Natal: Editora da UFRN, 2008, p. 320.

6. SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Por uma “Cidade Nova”: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2014. _____. *Cidade, Terra e Jogo Social: apropriação e uso do patrimônio fundiário natalense e seus impactos nas redes de poder locais (1903-1929)*. 2019. 488f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza/CE, 2019.

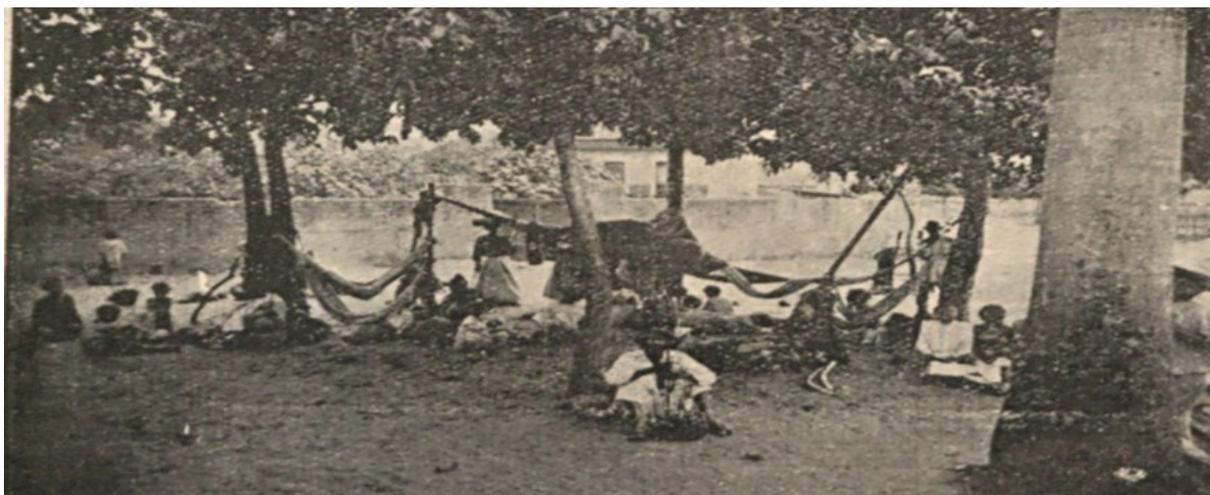
dade local”. O jornal de oposição, *Diário de Natal*, em abril de 1904, uma matéria destacou a “participação dos retirantes na construção da propriedade Solidão, residência de Pedro Velho”. O mesmo periódico fazia denúncias da utilização dos retirantes no “carregamento de materiais para a referida chácara e adjacências, bem como o emprego de burros do serviço do governo no carregamento de estacas de ferro destinados as obras públicas”. As acusações eram mais graves. Várias matérias do jornal, sobretudo as intituladas *Chronicas Acreanas*, *cartas do Acre* e *Telegramas do Acre*, que foram publicadas a partir de fevereiro do corrente, “criticavam esse processo de abertura de avenidas e de construção de grandes palacetes na região outrora habitada pelos retirantes e, sobretudo, denunciavam a participação desses retirantes nesse trabalho”. Todavia, esses sertanejos pobres eram expulsos da região em que tinham construídos suas choupanas “e ainda obrigados a participar da construção do bairro que foi a razão da derrubada de suas residências” (SIQUEIRA, 2014: 71, 72 e 73).

Quando a autora refere-se as moradias dos retirantes é pelo fato que a migração para a capital iniciou-se nos meses finais de 1903, chegando seu pico nos primeiros meses do ano vindouro. Essas moradias, provavelmente, improvisadas pelos próprios sertanejos, nas áreas espalhadas do que seria a construção do bairro Cidade Nova, sofreria a intervenção dos projetos de aformoseamento urbano pelas autoridades, na criação de novos logradouros e palacetes para as elites comerciais e políticas de Natal. Esses espaços apropriados pelos retirantes são o que chamamos de *territórios da espera*⁷ nas secas. Não são apenas espacialidades provisórias criadas pelos poderes governamentais, como os núcleos agrícolas e abarracamentos, os próprios sertanejos também apropriam-se do tecido urbano, improvisando habitações temporárias para suas famílias, no aguardo ou na esperança de assistência pela caridade particular e autoridades.

Portanto, muitos construíam suas choupanas em locais afastadas e pouco habitadas das cidades ou até mesmo, aproveitavam-se de lugares assombreados das praças centrais, e perto dos serviços de obras públicas, afinal, estariam mais próximos da área urbana, e consequentemente, dos armazéns e residências dos agentes governamentais. Bruno Bourgard conseguiu fotografar alguns desses territórios da espera das famílias retirantes na cidade de Natal.

7. Os territórios da espera, isto é, um espaço ou um lugar qualquer, diretamente dominado pelas questões relacionadas às práticas sociais ligadas à espera, que, nessa situação específica, são as dos próprios retirantes sobrevivendo à seca na cidade de Natal em 1904. Consultar VIDAL, Laurent. Por uma história social da espera. In: *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)*. Tradução. Marcos Marcionílio. São Paulo: Martins, 2008.

Figura 04: Os Horrores da Secca no Rio Grande do Norte.



Legenda: Flagelados alojados debaixo das arvores. In: *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 106, 24 de setembro de 1904, p. 16.

Figura 05: Os Horrores da Secca no Rio Grande do Norte.



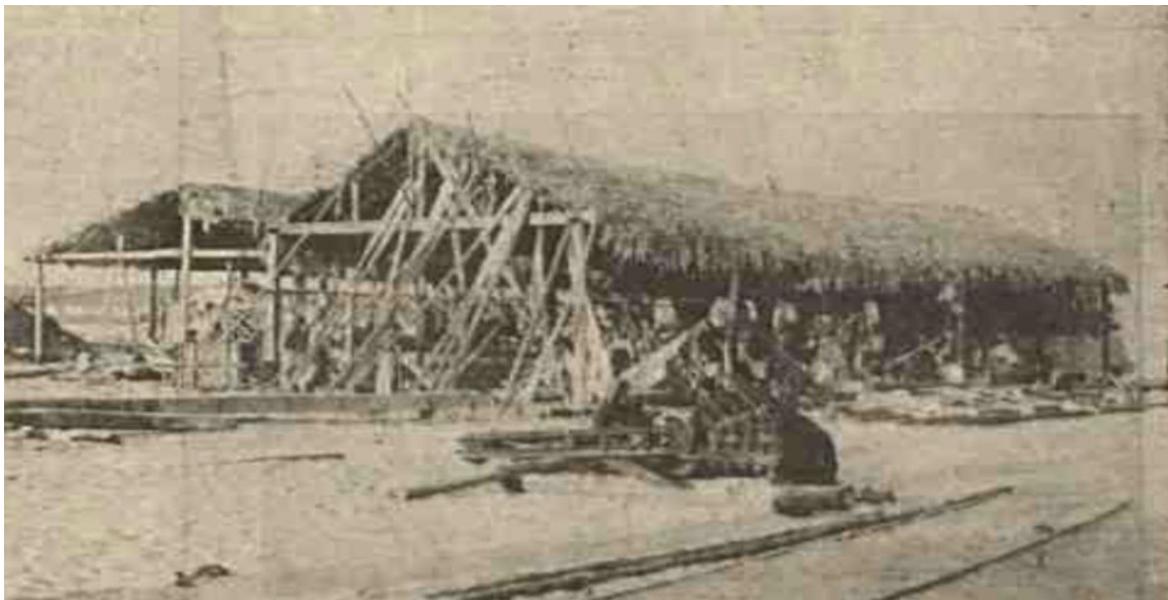
Legenda: Flagelados debaixo de um alpendre. In: *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 106, 24 de setembro de 1904, p. 06.

Figura 06: O Flagello da Seca no Rio Grande do Norte



Legenda: Os flagelados, recolhidos a um rancho de sapé construído na praça Augusto Severo. “Accessado pela secca no interior, morrendo a fome e sede pelos caminhos, os mais felizes conseguem chegar com vida a capital do Estado e dalli vão povoar as inhospitas regiões do Amazonas ou, sofrendo toda as misérias, aguardam que Deus misericordioso lhes conceda a graça de tornarem a voltar para os logares onde nasceram”. In: *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 104, 10 de setembro de 1904, p. 25.

Figura 07: O Flagello da Seca no Rio Grande do Norte



Legenda: Os flagelados recolhidos ao barracão dos melhoramentos do porto. “Na capital do Estado vão se abototando onde encontram um abrigo, as vezes, embaixo das árvores: nessa terrível perigrilhação, deixam pelos caminhos a honra das filhas, a vida dos entes mais caros, e raros voltam a ver as terras que tanto amam, não obstante ser ali impossível o viver”. In: *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 104, 10 de setembro de 1904, p. 25.

As fotografias oferecem uma noção das moradias provisórias e locais de serviços dos retigrantes na cidade de Natal na seca de 1904. As duas primeiras observamos homens, mulheres,

crianças e pessoas idosas, vivendo em baixo das sombras das árvores e em um alpendre de uma casa na capital. Tudo o mais improvisado, afinal, não possuía, praticamente, nada mais que além de suas roupas no corpo, nos melhores casos. A presença de idosos nas duas imagens sugeriu a ideia que em sua grande maioria permanecia nesses territórios de espera, enquanto os outros familiares mais jovens e “aptos” ao trabalho, assumiam os serviços nas obras públicas espalhadas pela Cidade Nova. Nas últimas fotografias, a moradia parecia também ser coletiva, pois era uma espécie de “ranchos” e “barracões”, onde estavam situadas próximas as áreas de trabalho, como no porto da cidade e na Praça Augusto Severo.

Se nas primeiras fotos podemos ver poucas famílias ou uma apenas, ocupando lugares assombreados de árvores e alpendres, a experiência de habitar coletivamente os ranchos e barracões traz a possibilidade dos retirantes se conhecerem, trocando suas narrativas de migração, e também criando laços afetivos e de solidariedade, e porque não, igualmente o sentimento de conflito e revolta sobre os desmandos governamentais. Novamente as imagens estão acompanhadas de um texto jornalístico, do qual traz o teor de denúncia sobre a situação dos retirantes, desde suas perdas pessoais e morais no processo de migração até a cidade de Natal, como também a incerteza de seu futuro nas condições em que vivem na capital do Rio Grande do Norte. Assim, redator e fotógrafo criam um novo estilo jornalístico: o documentário ilustrado. Uma representação da realidade vai tomando o imaginário e sensibilidade, a partir dos novos padrões discursivos ao público leitor.

Texto e imagem compunham a nova linguagem destinada a domesticar o espaço em diferentes metrópoles da Europa e das Américas. [...] Longe de ser um documento neutro, a fotografia cria novas formas de documentar a vida em sociedade. Mais que a palavra escrita, o desenho e a pintura, a pretensa objetividade da imagem fotográfica, veiculada nos jornais, não apenas informa o leitor – sobre datas, localização, nome de pessoas envolvidas nos acontecimentos – sobre as transformações do tempo curto, como também cria verdades a partir de fantasias do imaginário quase sempre produzido por frações da classe dominante (BORGES, 2003b: 69).

Através das fotografias de Bruno Bourgard criou-se uma narrativa urbana que não escondia os problemas sociais do processo de modernização de uma capital durante a migração dos retirantes em seu espaço urbano. Se a pretensão era captar as transformações estruturais dos logradouros públicos, construção de palacetes, e uma cidade mais salubre, isto é, os novos espaços para as elites republicanas natalenses, entretanto, seus negativos registraram a ambivalência do que é criar uma cidade moderna: a exploração da miséria e segregação dos mais pobres. Na passagem do XIX muitos fotógrafos se dedicaram a produção de álbuns de cidades. Para além da estética, a montagem desses álbuns revelava a força de um padrão fotográfico da própria época. Interessado em adquirir “lucro com a venda do álbum o fotógrafo escolhia as imagens e costurava uma narrativa urbana capaz de tornar vendável o produto de sua criação. Em geral, a sequência de imagens dava ver uma cidade moderna, evoluída e quase sempre higienizada” (BORGES, 2003c: 84).

Se Bruno Bourgard conseguiu recurso com algumas fotografias da paisagem urbana natalense, através do pedido do ex-governador Alberto Maranhão, ele também arrecadou alguma quantia de dinheiro por essas fotos publicadas pelo jornal carioca *O Malho*, mesmo que a intensão do periódico fosse publicar “o flagelo da seca” no Rio Grande do Norte, como muita da imprensa sulista começou a fazer desde a grande seca de 1877-1879⁸.

Contudo, como fonte documental, cheia de recortes, vozes e silêncios, mas, que a partir do olhar do historiador, adquire outras dimensões, as fotografias revelaram a presença feminina entre a coletividade de retirantes, seja no cotidiano dos serviços das obras públicas, quanto ao lado de seus familiares nas marchas de protestos, evidenciando, assim, a existência de cooperação entre homens e mulheres naquele contexto, como também mostraram os territórios da espera – habitações improvisadas em árvores, alpendres de casas, ranchos e barracões – que esses indivíduos estavam vivendo durante alguns meses na cidade de Natal, ou seja, espacialidades que em determinadas condições poderiam aproximar afetivamente e solidariamente, milhares de retirantes vindos de vários lugares nessa seca de 1904.

Assim, esses lugares de moradia como os espaços de trabalho, isto é, os territórios da espera das secas, mostram-se fundamentais para desenvolver-se um agenciamento coletivo entre os sertanejos sobre os episódios de exploração, corrupções e fraudes em torno dos gêneros alimentícios e o descumprimento dos pagamentos nos serviços de obras públicas e particulares na capital. Portanto, são nesses espaços sociais da seca que o discurso oculto dos retirantes surge, e igualmente, as ações diretas em massa. Como escreve James C. Scott é nesse espaço social que uma subcultura de resistência ou de contestação dos costumes é resultado sempre da “solidariedade entre os subordinados”. Assim, os espaços sociais onde o discurso oculto se desenvolve são, em si mesmos, “uma realização de resistência, são conquistados e defendidos na face do poder”. Todavia, sofrendo as mesmas humilhações e sujeitos as mesmas condições de subordinação, os dominados têm um “interesse comum em criar um discurso conjunto de dignidade, de negação e de justiça, têm, além disso, um interesse comum em reservar um espaço social, ao abrigo da dominação, onde esse discurso oculto possa ser elaborado em relativa segurança” (2013: 167 e 173).

Na primeira foto desse artigo de Bruno Bourgard vimos uma espécie de marcha das mulheres retirantes no Bairro da Cidade Nova, onde residia o atual governador Tavares de Lyra. Essa manifestação coletiva de protesto ocorreu, aparentemente, de forma pacífica entre os retirantes, que, provavelmente, percebendo a presença do fotógrafo durante dias na capital, registrando entre eles suas atividades de trabalho e condições de moradia, resolveram utilizar da oportunidade técnica e moderna da câmera fotográfica para captar a manifestação de insatisfação sobre a qual estavam vivendo na cidade de Natal. Comparando todas as outras fotos com a da passeata das mulheres são perceptíveis o caráter de ação e movimento dos retirantes em todo o cenário da fotografia, os olhares atentos dos cidadãos sobre o mar de gente subindo a ladeira, enquanto nas outras imagens, os sertanejos surgem enquadrados, quase congelados em suas tarefas laborais e pegos de surpresa pelas lentes de Bruno Bourgard, na

8. Sobre esse assunto consultar ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira, LOGATTO, Rosângela. *Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens do fotojornalismo na imprensa brasileira*. In: Anais da Biblioteca Nacional, v. 114 (1994). Rio de Janeiro, A Biblioteca, 1996.

outra, a espontaneidade é mais presente e viva nos retirantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres na historiografia vão paulatinamente ganhando espaço quando são reconhecidas como atores sociais presentes nas transformações socioculturais e político-econômicas das sociedades. Entretanto, um problema se estabelece quando estamos trabalhando com a categoria de multidão ou sujeito coletivo. Essa não é a simples soma de indivíduos, como já frisado; pelo contrário, a organização humana é uma construção social, política e histórica, possui suas características de arranjo, duração e protocolos que estão situados em experiências vividas, isto é, em conformidade com as pressões, determinações e escolhas dos atores sociais em seus contextos. Deste modo, pensar a mulher retirante como segmento da coletividade é compreendê-la nos seus espaços de atuação e relação com os outros indivíduos, desnaturalizando suas representações nos discursos oficiais e eruditos, como também problematizando sua construção, a partir de uma leitura relacional entre seu sujeito e meio de representação do poder.⁹ Aqui as mulheres retirantes surgiram através das imagens fotográficas, das matérias de jornais e documentos oficiais, demonstrando suas ações coletivas, seus agenciamentos e sua resistência na seca de 1904.

Portanto, evidenciar as ações das mulheres retirantes – seja em passeatas, cercamentos de prédios, serviços de obras públicas e construções de moradias improvisadas – não é importante somente para entender os elementos da própria multidão e coletividade, mas é uma tarefa essencial na reconstrução da escrita da história, reconhecendo-as como sujeito político e histórico, inseridas no processo social e nas relações sociais como um todo. Contraponho-nos, como Maria Odila Leite da Silva, ao “pressuposto de uma condição feminina, idealidade a-histórica, [que] empurra as mulheres de qualquer passado para espaços míticos sacralizados, onde exerceriam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história” (1995: 13) Esse foi o escopo analítico desse artigo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira, LOGATTO, Rosângela. *Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens do fotojornalismo na imprensa brasileira*. In: Anais da Biblioteca Nacional, v. 114 (1994). Rio de Janeiro, A Biblioteca, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980.

9. A crítica feminista e pós-colonial sobre a mulher subalterna enfatiza a importância das questões de gênero na história, na política e na cultura, numa perspectiva interdisciplinar entre os campos como a Literatura, Sociologia, Antropologia e História. Consultar: BAHRI, Deepika. *Feminismo e/no Pós-colonialismo*. Estudos Feministas. Florianópolis: 21 (2), 336, 2013, p. 659-688; CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. In: DIAS, Bruno Peixe. NEVES, José (Coord.). *A Política dos Muitos. Povo, classe e multidão*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010; SPIVAK, Gayatri C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 133p.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRRN, 2008.

BAHRI, Deepika. *Feminismo e/no Pós-colonialismo*. Estudos Feministas. Florianópolis: 21 (2), 336, 2013, p. 659-688.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 82-83.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Rasga-Listas no Ceará: aspectos de uma sedição sertaneja*. Trajetos. Revista de História da UFC, v. 6, n. 11, 2008, p. 24.

CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. In: DIAS, Bruno Peixe. NEVES, José (Coord.). *A Política dos Muitos. Povo, classe e multidão*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010;

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 13.

DUARTE, Mônica (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, 570p.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2º ed. Rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 36-37.

MENDES, Fábio Faria. *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). 1997.

PERROT, Michele. Dramas e conflitos familiares. In: *História da vida privada*. Trad. Denise Bottamn. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Mulheres, Violência e Justiça no Século XIX*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Tradução Pedro Serras Pereira. Lisboa/Portugal: Terra Livre, 2013.

SECRETO, Maria Verónica. *(Des)medidos – A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011, p. 89.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da. *Centelhas de uma cidade Turística nos cartões-postais de Jaci Galvão (1940-1980)*. UFRN, 2012. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2012, p. 83-84.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Cidade, Terra e Jogo Social: apropriação e uso do patrimônio fundiário natalense e seus impactos nas redes de poder locais (1903-1929)*. 2019. 488f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza/CE, 2019.

_____. *Por uma “Cidade Nova”*: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2014.

_____. *Cidade Nova ou Cidade das Lágrimas?* a construção do terceiro bairro oficial de Natal no início do século XX. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.7, n. 1, jan/jun 2014, p. 71,72 e 73. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/14281>>. Acesso em 27 de março de 2020.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*. Natal: Editora da UFRN, 2008, p. 320.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 133p.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.